



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Publicado no Diário Oficial da União  
de 25/03/2004  
Rubrica

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10580.009174/2001-05  
Recurso nº : 121.316  
Acórdão nº : 203-08.829

Recorrente : ASCOP VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.  
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - NULIDADE DA DECISÃO SINGULAR** - Constatada a omissão, por parte da Delegacia de Julgamento, da apreciação de pedido de realização de diligência suscitada pelo impugnante, nula é a decisão exarada, devendo nova ser prolatada com a devida intimação do contribuinte.

**Processo ao qual se anula a partir da decisão recorrida, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ASCOP VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo, a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2003

Otacílio Dantas Cartaxo

**Presidente**

Valma Figueira de Menezes

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Antônio Augusto Borges Torres, Mauro Wasilewski, Maria Teresa Martínez López, Luciana Pato Peçanha Martins e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.  
Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Imp/cf



**Processo nº : 10580.009174/2001-05**  
**Recurso nº : 121.316**  
**Acórdão nº : 203-08.829**

**Recorrente : ASCOP VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.**

### RELATÓRIO

Trata o presente processo de auto de infração relativo à COFINS, constando impugnação às fls. 123/127, onde, entre outras razões, a contribuinte requer diligência para elucidação de aspectos materiais.

A DRJ em Salvador - BA proferiu decisão, às fls. 130/137, onde manteve o lançamento.

Inconformada, a recorrente interpôs recurso voluntário a este Conselho, às fls. 141/149, onde alega cerceamento do direito de defesa pelo fato de a autoridade de primeira instância não ter tomado conhecida do pedido apresentado para realização de diligência.

É o relatório.



Processo nº : 10580.009174/2001-05

Recurso nº : 121.316

Acórdão nº : 203-08.829

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
VALMAR FONSECA DE MENEZES**

Verifica-se no presente processo que a recorrente, na peça impugnatória, requer diligência, como alega em seu recurso, não tendo, por sua vez, a Delegacia de Julgamento se pronunciado sobre a mesma.

Tal alegação constitui-se, a meu ver, preliminar de mérito, e como tal deve ser tratada. Igual cuidado deveria ter sido tomado desde o julgamento de primeira instância.

Em que pesem as argumentações da autoridade de primeira instância, há que se ressaltar que o princípio norteador do Processo Administrativo Fiscal é o Princípio da Verdade Material. O próprio Código Tributário Nacional, em seu artigo 142, determina que a atividade de lançamento consiste em apurar o montante devido do tributo.

Por outro lado, também há que se atentar para o fato de que, no âmbito administrativo, também prevalece o princípio da informalidade, o qual invoco para entender que a impugnação de fls. 123/127, contempla um requerimento de diligência.

O comportamento da autoridade julgadora, ao desconsiderar tais alegações, a meu ver, feriu o princípio da ampla defesa e do contraditório, as disposições do Código Tributário Nacional, o princípio da verdade material e o próprio artigo 31 do Decreto nº 70.235/72, que determina que a decisão deve referir-se, expressamente, às razões de defesa suscitadas pela impugnante contra todas as exigências.

Esta Câmara tem se pautado, sempre, na esteira de tais preceitos. A ampla possibilidade de defesa confere maior força ao julgamento proferido.

Por outro lado, este Colegiado não pode desrespeitar o duplo grau de jurisdição, passando, de pronto, à análise das citadas peças, devendo, ao amparo da legislação processual, decidir de forma a que a primeira instância se positione sobre tais elementos.

Em face de tal circunstância, intransponível para possibilitar o julgamento do mérito, voto no sentido de anular o processo, a partir da decisão recorrida, inclusive, para que nova seja prolatada, sanando a falta, dela sendo intimada a impugnante para eventuais providências de sua alcada.

É como voto.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2003

VALMAR FONSECA DE MENEZES